



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

RESTABELECENDO O EQUILÍBRIO

Diante de um ambiente de pressões crescentes, o governo dedicou a semana a tentar restabelecer o equilíbrio entre suas dimensões política, federativa e fiscal. No plano orçamentário, o adiamento da votação da LDO expôs a dificuldade de coordenação com o Congresso e a fragilidade da base em torno das metas de 2026. Na área de segurança pública, o ministro Ricardo Lewandowski apresentou um pacto nacional que busca transformar cooperação federativa em instrumento de autoridade e gestão. Já no núcleo político, a nomeação de Guilherme Boulos para a Secretaria-Geral da Presidência simbolizou uma tentativa de reorganizar a sustentação do governo por dentro, abrindo espaço à esquerda sem romper o delicado arranjo que garante governabilidade no centro.

BOULOS SECRETÁRIO-GERAL

A nomeação de Guilherme Boulos para a Secretaria-Geral da Presidência simboliza mais do que uma simples troca de comando na Esplanada. Trata-se de uma reconfiguração silenciosa das forças que sustentam o governo, com o PSOL conquistando, pela primeira vez, um espaço central na estrutura de articulação política do Executivo. A decisão de Lula representa uma inflexão estratégica: ao redistribuir poder entre o PT e o PSOL, o presidente amplia a representação da esquerda institucional dentro do governo e reposiciona o eixo de sustentação de sua base social, especialmente em um momento de desgaste da interlocução tradicional com movimentos populares.

As reações foram imediatas. No núcleo petista, o gesto foi lido com ambiguidade, como sinal de generosidade política, mas também de alerta interno. Márcio Macêdo deixa o cargo após consolidar pontes com o centrão e setores empresariais, enquanto Boulos chega com a missão de renovar a linguagem política do governo e reconectar o Planalto às ruas. A entrada do PSOL no coração do Executivo foi celebrada por sua militância como um avanço histórico, ainda que envolta em incertezas sobre a capacidade do partido de equilibrar o discurso contestatório com a prática institucional.

Entre aliados, há quem veja no movimento um teste de convivência entre diferentes matrizes da esquerda, e entre adversários, um indício de que o governo caminha para dentro de sua própria bolha ideológica.



“Minha grande escola de vida e de luta foi o movimento social brasileiro e levarei esse aprendizado agora ao Planalto. Presidente, sua confiança será honrada com muito trabalho”

Guilherme Boulos
Deputado Federal (PSOL/SP)

A aposta de Lula é de alto risco. Ao abrir espaço para o PSOL, o presidente antecipa o debate sobre sucessão e governabilidade, tentando transformar diversidade em coesão. O desafio de Boulos será traduzir ativismo em gestão, convertendo bandeiras de rua em resultados administrativos, sem perder legitimidade política. O sucesso dessa integração pode inaugurar uma nova etapa da relação entre Estado e sociedade civil; o fracasso, porém, ampliaria tensões internas e reforçaria o isolamento do governo no centro do espectro político.

O PACTO DE LEWANDOWSKI

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou ao Congresso um projeto de lei que endurece o combate às facções criminosas e redesenha a política de segurança sob uma lógica de integração federativa. A proposta amplia penas, autoriza infiltração de agentes, cria um banco nacional de dados sobre organizações criminosas e prevê confisco de bens de integrantes e financiadores. O discurso é de reconstrução da autoridade estatal diante do avanço territorial do crime organizado, com ênfase na coordenação entre União, estados e municípios para fortalecer a capacidade de resposta do Estado.



“Não é mais possível que cada Estado faça seu combate isoladamente. Por isso, enviamos ao Congresso uma proposta de integração das forças federais, estaduais e municipais para o combate inteligente e articulado ao crime sob o influxo das facções.”

Ricardo Lewandowski
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Governadores e prefeitos saudaram o plano como uma tentativa de coordenação nacional inédita, especialmente, com o programa Município Mais Seguro, que amplia o papel das guardas municipais. No Congresso, parlamentares de centro-direita elogiaram a iniciativa, enquanto parte da esquerda demonstrou cautela diante do aumento de penas e das novas ferramentas de investigação, que incluem infiltração e uso de empresas de fachada. A oposição vê na proposta uma resposta ao sentimento de medo que domina o eleitorado, sugerindo que o governo busca capitalizar o tema da segurança às vésperas de um ano eleitoral.

O novo pacto de Lewandowski inaugura um dilema entre o simbolismo da lei e a efetividade da execução. Ao converter o clamor por segurança em política de Estado, o governo busca reconstruir a confiança na presença pública em territórios vulneráveis, mas arrisca reproduzir a retórica punitiva sem resultados estruturais. A força da iniciativa dependerá menos do rigor das penas e mais da capacidade do Estado de coordenar suas próprias forças, integrar políticas sociais e superar a inércia federativa.

PLDO TRAVA E REVELA FADIGA NA BASE

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 foi novamente adiada pela Comissão Mista de Orçamento, após o governo não apresentar medidas concretas para recompor as receitas e equilibrar as contas do próximo ano. O impasse decorre da falta de consenso sobre a lista de compensações fiscais e da pressão de parlamentares por maior transparência sobre cortes e desonerações. Estimativas da própria Fazenda indicam um déficit de aproximadamente R\$ 35 bilhões, o que reforçou a resistência da base em aprovar um texto sem garantias de equilíbrio financeiro. O adiamento empurrou a votação para novembro e acendeu o alerta sobre o risco de atraso na tramitação da Lei Orçamentária Anual.

As reações no Congresso expuseram o desgaste da articulação política do governo. O presidente da CMO, senador Efraim Filho, afirmou que os prazos estão “absolutamente exíguos” e que a indefinição sobre as compensações inviabiliza o calendário orçamentário. Líderes da base defendem aguardar o envio de novas propostas pela equipe econômica, enquanto a oposição explora a paralisia como sinal de fragilidade na condução fiscal. A ausência de coordenação entre Fazenda, Planejamento e Congresso reaviva tensões institucionais e fragiliza a confiança na execução orçamentária de 2026.

A postergação da LDO representa mais do que um atraso técnico: é um sintoma político. O governo enfrenta a dificuldade de conciliar metas fiscais com pressões por gasto público e execução de emendas, em um ambiente de crescente desconfiança entre Executivo e Legislativo. Caso o impasse se prolongue, a aprovação tardia da LDO pode atrasar a LOA e limitar a margem de ação do governo em 2026, ampliando a influência do Congresso sobre a definição das prioridades orçamentárias.

SÍNTESE DA SEMANA

A semana evidenciou um governo em busca de novas formas de sustentação. A entrada de Guilherme Boulos no núcleo político do Executivo redefiniu a geometria da base, aproximando o Planalto de sua militância histórica e testando os limites de convivência entre institucionalidade e mobilização social. No campo da segurança pública, o ministro Ricardo Lewandowski apresentou um pacto que combina rigor penal e coordenação federativa, transformando o medo em instrumento de afirmação estatal. Já no Congresso, o impasse da LDO expôs a fadiga da articulação política e as dificuldades em equilibrar a pauta econômica e preservar o apoio parlamentar.